



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 03/2021

Período: 13/02/2021 - 19/02/2021

GEDES – UNESP

- 1- Colunista comentou gastos das Forças Armadas com carne e cerveja
- 2- Operação Verde Brasil 2 é encerrada e atuação de agências deve ser retomada
- 3- MPF questionou leitos ociosos em hospitais militares no Amazonas
- 4- Novo livro de entrevistas com o general Villas Bôas gerou repercussões
- 5- Investigações contra Pazuello podem custar-lhe o generalato
- 6- Senadora Kátia Abreu se candidata à presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
- 7- Almirante se destaca no Itamaraty em meio ao desgaste de Ernesto Araújo
- 8- Grupo de militares busca articular reeleição de Bolsonaro
- 9- Colunistas comentaram as relações entre Bolsonaro, militares no governo e o “centrão”
- 10- Deputado federal é mantido preso após declarações antidemocráticas e defesa da ditadura militar
- 11- Proposta orçamentária de economista sugere congelar salário de militares
- 12- Tuíte do general Villas Bôas repercute e causa crise entre os poderes
- 13- Curso online sobre a ditadura militar foi relançado pela Folha de S. Paulo
- 14- Documentário retratou atuação de Pelé na Copa do Mundo de 1970

1- Colunistas comentaram gastos das Forças Armadas com carne e cerveja

Em coluna para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Marcos Nogueira comentou os gastos da cúpula das Forças Armadas com picanha, cerveja e carvão, que, juntos, sugerem a realização de frequentes churrascos pagos "pelo contribuinte em plena pandemia". Nogueira reconhece que comida e bebida caras costumam ser dedicados à promoção de reuniões de gala para convidados ilustres, mas que o churrasco é uma "confraternização entre pares" que deveria ser paga "com os vencimentos dos próprios oficiais". O jornalista também destacou o valor superfaturado e as marcas caras de cervejas, conforme apontado em representação protocolada na Procuradoria-Geral da República (PGR), e afirmou que a situação já seria ruim normalmente, mas que se torna pior "numa pandemia e sob o desmando do general Pazuello" e "muito pior quando as Forças Armadas se recusam a abrir os hospitais militares para o tratamento de civis com Covid-19." Em coluna à *Folha*, o jornalista Álvaro Costa e Silva também comentou o fato lembrando de seus tempos de recruta no forte de Copacabana. A alimentação, segundo ele, funcionava em “regime de castas”, em que soldados e cabos, e sargentos e oficiais comiam café da manhã, almoço,

jantar e ceia no cassino. No rancho dos recrutas nunca havia comido nada “nem parecido com picanha” e relembrou o diálogo do sargento com a tropa nas corridas do calçadão: “Ela é boa!”, “Muito boa!”, “O que é que é boa?” “A comida do quartel!”. (Folha de S. Paulo - Folha Corrida - 13/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21)

2- Operação Verde Brasil 2 é encerrada e atuação de agências deve ser retomada

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o fim das ações militares de fiscalização da Amazônia foi recebido sem surpresa pelos membros da área ambiental do governo, devido à redução orçamentária. Ouvida pelo periódico, a especialista sênior de políticas públicas da Organização Observatório do Clima, Suely Araújo, afirmou que o alto custo da operação, somado a resultados “claramente insatisfatórios”, “mostram quais são os órgãos que têm expertise e condições de liderar nesse tema”, em referência ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ao anunciar o fim da Operação Verde Brasil 2, o vice-presidente da República e chefe do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), Hamilton Mourão, estimou os gastos da ação em R\$ 410 milhões em um ano. Em editorial publicado também pelo *Estado*, foi lembrado que, de acordo com a apuração feita pelo jornal, o fim prematuro da operação está ligado à falta de recursos orçamentários, resgatando a confissão de Mourão de que havia “algumas agências” que dizem poder fazer “bem melhor” com o mesmo orçamento. O jornal descreve como foi impróprio o uso de militares no combate a crimes ambientais, não sendo essa a função das Forças Armadas de acordo com a Constituição, avaliando tal flexibilização como um reflexo da visão de que os militares seriam “panaceia de todos os males”. Neste sentido, a decisão de Mourão de abrir espaço para outros mecanismos de fiscalização no Plano Amazônia 21/22, como o Ibama e o ICMBio, seria “absolutamente correta”. Por fim, o jornal destacou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, deveria deixar de lado as “picuinhas” que tem contra Mourão para retomar o diálogo e apoio, ressaltando a importância do CNAL para com a Amazônia. (*O Estado de S. Paulo - Metrópole* - 13/02/21; *O Estado de S. Paulo - Notas e Informações* - 15/02/21)

3- MPF questionou leitos ociosos em hospitais militares no Amazonas

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas pediu esclarecimentos às Forças Armadas e aos governos federal e estadual sobre leitos ociosos em hospitais militares do estado. De acordo com *O Estado*, o portal UOL publicou reportagem denunciando que 72,4% dos leitos nos hospitais militares destinados a pacientes com Covid-19 estariam livres, enquanto as Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do estado apresentam ocupação de 69%. No documento, destinado à Secretaria de Saúde do Amazonas, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e às diretorias da Policlínica Naval, do Hospital da Aeronáutica e do Hospital Militar de Área, o procurador federal Igor Spindola pede que detalhem vagas clínicas e de UTI, e se há tratativas com o governo do estado ou ministério para uso dos leitos. Em nota, a Secretaria de Saúde afirmou que “os leitos militares não são colocados à disposição porque não são do SUS” e que o uso dessas vagas não foi solicitado. O Ministério da Saúde disse que os “desafios e angústias da

pandemia também chegaram aos hospitais militares”, e que há “26 leitos de UTI – 18 presentemente ocupados” para atender a “família militar no estado”. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 13/02/21)

4- Novo livro de entrevistas com o general Villas Bôas gerou repercussões

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari comentou sobre o lançamento do livro “Villas Bôas - Conversa com o Comandante”, escrito pelo professor Celso Castro a partir de entrevistas com o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército entre 2015 e 2019. De acordo com Gaspari, o livro rememora tanto o período de *impeachment* da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, quanto o tuíte escrito em 03/04/18, um dia antes do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal (STF). No tuíte, o então comandante tinha questionado “quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais” e ainda disse que “o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Além disso, a obra relembra a posse do presidente da República Jair Bolsonaro, marcada por um discurso de agradecimento a Villas Bôas, com a afirmação de que o comandante foi um dos responsáveis por sua eleição e que aquilo que havia sido conversado entre os dois morreria entre eles. Em resposta à essa afirmação, Villas Boas declarou: “Garanto que não foi um tema de caráter conspiratório”. Por outro lado, segundo Gaspari, o general Villas Bôas se equivocou ao afirmar que no momento em que o presidente eleito, Tancredo Neves faleceu, o presidente da Câmara, Ulysses Silveira Guimarães, tentou impor uma nova eleição, sendo contrário a José Sarney assumir a presidência. Gaspari afirma que, na verdade, Ulysses não queria uma nova eleição e sempre defendeu a posse de Sarney. Ademais, a *Folha* apurou do conteúdo do livro que o tuíte tinha originalmente um “teor bem mais incendiário” do que aquilo que foi por fim publicado, e o motivo da mudança teria sido a intervenção de colegas militares. Em 02/04/18, Villas Boas havia discutido a ideia de “admoestar” o STF a respeito do julgamento e, após tomar ciência das intenções, o então ministro da Defesa, o general da reserva Joaquim Silva e Luna, juntamente ao general da reserva Alberto Mendes Cardoso, interviram no formato do texto originalmente intencionado. No livro, Villas Bôas defende que a mensagem foi apenas “um alerta”, negando se arrepender do gesto e de ter dado “favoritismo político” para o então candidato à presidência, Bolsonaro, além de negar ter discutido o tema com Silva e Luna e afirmar erroneamente que Raul Belens Jungmann Pinto era o titular da pasta da Defesa naquela época. Ademais, Villas Bôas também disse ter tratado do tema com uma vasta gama de pessoas, incluindo sua equipe e o Alto-Comando do Exército, algumas das quais se encontram no governo atualmente: o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira; o chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto; e o atual comandante geral do Exército, Edson Leal Pujol. Quando procurados pela *Folha*, os generais Silva e Luna, Azevedo e Silva, Braga Netto e Ramos, assim como o Comando do Exército, não quiseram comentar o episódio e alguns militares não identificados chegaram a negar as afirmações de Villas Bôas, dizendo que a decisão coube apenas ao então comandante e seu “núcleo bruto”. Por fim, a

Folha também descreveu como Pujol, que teve atritos com Bolsonaro ao longo de 2020, estaria “cioso” com o potencial negativo que o livro teria na imagem das Forças Armadas. Em coluna à *Folha*, a jornalista Cristina Serra opinou que o livro-depoimento lança luz ao período “mais turbulento da história recente do país, que vai do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro” e que a informação mais importante é sobre a participação da Alta Cúpula na redação do tuíte. Destacou que as declarações do general evidenciaram que as Forças Armadas “não engoliram a Comissão Nacional da Verdade (‘foi uma facada nas costas’)”. Eliane Cantanhêde em coluna ao *Estado* lembrou que à época da publicação do tuíte, o general havia lhe declarado em reportagem ao mesmo jornal que não se tratava de uma manifestação pessoal, mas de um posicionamento do Alto Comando do Exército, confessando não ter sido combinada com a Aeronáutica e a Marinha. Cantanhêde declarou que alinhado ao que lhe havia dito em 2018, o general declarou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, embora “tresloucados” batam às portas das Forças Armadas reclamando intervenção e retorno dos militares ao poder, é algo que tem “chance zero” de ocorrer e que seu tuíte foi antes um “alerta” do que “ameaça”. (Correio Braziliense - Política - 16/02/21; Correio Braziliense - Política - 17/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 14/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 15/02/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 16/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/02/21)

5- Investigações contra Pazuello poderiam custar-lhe o generalato

De acordo com especialistas ouvidos pelo jornal *Folha de S. Paulo*, os inquéritos abertos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, poderiam acarretar-lhe a perda da patente de general, caso o Supremo Tribunal Militar (STM) o condene. Os inquéritos se referem às acusações de omissão na atuação da pasta durante o colapso da rede pública de saúde de Manaus frente à segunda onda do novo Coronavírus. Iniciado no dia 25/01/21 pelo ministro Enrique Ricardo Lewandowski, o processo tramita no STF por conta da posição de Pazuello como responsável pela pasta da Saúde, dando-lhe assim foro privilegiado. Num segundo momento, poderia ocorrer uma condenação pela Justiça Militar, o que indicaria o fim da carreira de Pazuello como militar assim como a destituição de sua patente. Atualmente, o procurador-geral da República, Antônio Augusto Aras, ainda está em fase de verificação dos indícios levantados contra Pazuello, para assim decidir se apresenta ou não a denúncia perante o STF. Feita a denúncia, a corte deve decidir se irá aceitá-la, realizando a abertura de uma ação penal contra o general, o que possibilitaria um aprofundamento das investigações. Caso o militar abandone o comando da pasta, a tendência é que o processo seja encaminhado para a Justiça Federal do Distrito Federal. Sobre o processo e a perda de patente, o advogado e secretário-geral adjunto da comissão de direito militar da Ordem dos Advogados do Brasil - Distrito Federal (OAB-DF), Pedro Carvalho, disse que “não haveria razão para tal imputação em crime militar”, considerando-se a atuação de Pazuello durante a pandemia como algo advindo do cargo de ministro da Saúde, e não do serviço militar. Após conversas com integrantes do STM, da Procuradoria-Geral da República (PGR), do Ministério Público Militar (MPM) e do Ministério da Defesa, o jornal concluiu que uma condenação criminal poderia impedir uma promoção de Pazuello na carreira militar – o que não

causaria grande dano, considerando-se que Pazuello já está no “topo da carreira” para um Oficial de Intendência. Além disso, uma punição no âmbito da Justiça Militar seria possível caso haja uma condenação de mais de dois anos e um dia no STF, cabendo assim apenas ao STM, num segundo momento, a perda ou não do generalato. Nesse julgamento do STM, seriam avaliados os aspectos morais e éticos da atuação de Pazuello sob a guia do Estatuto do Militares, e a investigação seria conduzida pelo procurador-geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte. Se a condenação no STF for de até dois anos, o procedimento é outro, com o caso apresentado ao Conselho de Justificação, formado por três oficiais da ativa, que elaborariam um relatório a ser enviado ao comandante-geral do Exército. Por fim, o comandante seria o responsável por arquivar ou enviar o processo para o STM, onde por fim seria decidido sobre o futuro de Pazuello como militar. Conforme noticiou o *Correio Braziliense*, em atendimento ao pedido de Aras, Lewandowski deliberou que Pazuello terá de disponibilizar os e-mails institucionais da pasta trocados com a Secretaria de Saúde do Amazonas à Polícia Federal e autorizou que a corporação reúna informações sobre o aplicativo TrateCOV. Além disso, o general também responderá à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, proposta pelo senador Randolfe Rodrigues. (*Correio Braziliense* - Política - 16/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 15/02/21)

6- Senadora Kátia Abreu se candidata à presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi comentada a candidatura da senadora Kátia Abreu para o comando da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) no Senado. Vista como próxima da ala mais à esquerda do Congresso, uma possível vitória da senadora assustaria a base governista do presidente da República, Jair Bolsonaro, mas Abreu tentou acalmar os ânimos e se mostrou moderada, dizendo que a presidência “não é espaço de fazer oposição” e que os poderes devem conviver em harmonia. Sobre os posicionamentos da candidata às pautas da Comissão, a senadora já disse defender que assuntos mais relacionados à Defesa entrem nas discussões da CREDN, afirmando ter disposição para “discutir e aprender” em encontros com o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, os quais já foram requisitados pela Secretaria de Governo, encabeçada pelo general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 15/02/21)

7- Almirante se destaca no Itamaraty em meio ao desgaste de Ernesto Araújo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o desgaste da imagem do chanceler Ernesto Araújo no exterior tem dado protagonismo ao almirante Flávio Rocha, secretário especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e assessor direto do presidente da República, Jair Bolsonaro. Mesmo sem *status* de ministro, o almirante viajou recentemente a países com os quais Araújo não tem desempenhado um bom diálogo em razão de suas posições ideológicas, como a China e a Argentina. Considerado como “olhos e ouvidos de Bolsonaro”, o militar tem sido apelidado de “02 do Itamaraty”, embora negue que tenha ambições políticas. Além disso, assessores do governo negam que haja disputa entre os dois e o presidente confirmou recentemente a permanência de Araújo no cargo. A *Folha* apontou ainda que o almirante e o presidente se conheceram em 2002, quando o militar chefiava a assessoria parlamentar da Marinha na

Câmara. Segundo o periódico, o almirante é reconhecido nas Forças Armadas por seu conhecimento geral, fala seis idiomas e é frequentemente consultado por Bolsonaro, atuando também como "apaziguador" no governo, coordenando assuntos "delicados". (Folha de S. Paulo - Mundo - 16/02/21)

8- Grupo de militares busca articular reeleição de Bolsonaro

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, militares estariam empenhados na reeleição do presidente da República, Jair Bolsonaro, mas, para isso, ele deve "moderar o discurso, esquecer as picuinhas e investir na recuperação econômica do país". Segundo o jornal, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, contribuiu para que os aliados do Planalto saíssem vitoriosos da corrida pelos comandos da Câmara e do Senado, visando a aprovação de pautas de interesse do Executivo, o que causou descontentamento entre os militares. Ramos, contudo, alega que militares entendem o "momento político" pelo qual passa o governo. Um oficial entrevistado comentou: "Conheço muitos militares que não votaram no Bolsonaro quando era deputado e continuam não votando. As Forças Armadas não são um bloco único" e disse haver preocupação com a imagem da instituição. Para ele, para haver reeleição, Bolsonaro deve melhorar a comunicação e a economia. Segundo o *Correio*, para manter o apoio dos militares, Bolsonaro retomou bandeiras como a aprovação do excludente de ilicitude, espécie de salvaguarda jurídica para militares que, porventura, matarem em serviço. Para o senador Major Olímpio, a adesão à campanha de reeleição do mandatário será de um grupo significativo de veteranos, mas que não haverá "apoio maciço", visto que "a grande massa, que são ativos, está revoltada porque só está perdendo". (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

9- Colunistas comentaram as relações entre Bolsonaro, militares no governo e o "centrão"

Em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, o analista político Creomar de Souza ponderou que desdobramentos na reformulação de cargos no governo, especialmente de ministérios, podem impactar integrantes das Forças Armadas. Para ele, o chamado "centrão" "está de olho" em pastas que pertencem a militares e é preciso equilíbrio para lidar com esse dilema: "Se Bolsonaro insistir em uma diminuição desses espaços, entra com menor vocalização entre militares para uma reeleição. Caso não, perde no Centrão". Para Vera Chemim, constitucionalista e mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os militares não vão interferir de forma contundente numa eventual reeleição de Bolsonaro, pois existem divergências internas: "A relação entre Bolsonaro e os militares não parece estável". Já para Rodrigo Prando, cientista político da Universidade Presbiteriana Mackenzie, os militares estão comprometidos com o governo: "No começo do governo, acreditava-se que o núcleo militar seria mais pragmático e poderia tentar conter os ímpetos dele de confronto. Estávamos enganados. (...) Foi Bolsonaro que radicalizou alguns generais". Prando ainda comentou que, ao inserir mais de 6 mil militares em cargos civis, Bolsonaro vinculou a imagem das Forças Armadas ao seu governo: "Ao que parece, os militares estão intrinsecamente ligados ao governo e não o abandonarão. Claro, isso trará, a médio e longo prazos, problemas para a imagem das Forças Armadas". O cientista político destacou ainda que os militares que eram contrários ao centrão "calaram-se e, hoje, estão todos ligados". (Correio Braziliense - Política - 17/02/21)

10- Deputado federal é mantido preso após declarações antidemocráticas e defesa da ditadura militar

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade manter a prisão do deputado federal Daniel Silveira, que divulgou um vídeo no dia 16/02/21 defendendo a volta do Ato Institucional nº5 (AI-5) – o decreto mais repressivo e restritivo da ditadura militar (1964-1985) – e agredindo verbalmente os ministros do STF, além de propor o rompimento da ordem constitucional com o uso das Forças Armadas. Silveira foi indiciado por cometer crime previsto na Lei de Segurança Nacional, enquadrando-se nos artigos 17 e 18, que preveem a detenção para quem tentar mudar a ordem ou o Estado de direito através da violência ou da ameaça ao livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, William Waack comentou sobre o caso e ressaltou que a imunidade parlamentar do deputado não lhe garante proteção contra “a prática de delitos penais e o incitamento do golpe e destruição da ordem democrática”. Ademais, em coluna para a *Folha*, a jornalista Mônica Bergamo ressaltou que a prisão do deputado é um recado para os militares defensores do tuíte do general Eduardo Villas Bôas, pressionando o STF no julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. (*Correio Braziliense* - Política - 18/02/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 18/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 18/02/21; *Folha de S. Paulo* - Colunas e blogs - 19/02/21;).

11- Proposta orçamentária de economista sugere congelar salário de militares

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, o economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirmou que o Governo Federal poderia encontrar um espaço de R\$ 33,5 bilhões no Orçamento de 2021 para a extensão do auxílio emergencial, a partir de cortes de gastos e aumento das arrecadações. Para o economista, dentre os possíveis cortes estaria o congelamento do salário dos militares, que acarretaria uma economia de R\$ 7,1 bilhões aos cofres públicos, uma vez que “o reajuste dos militares é lei, mas essa lei se sobrepõe aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e ao próprio teto constitucional”. A medida, entretanto, teria um custo político para a base do Governo (*Folha de S. Paulo* - Mercado - 18/02/21).

12- Tuíte do general Villas Bôas repercute e causa crise entre os poderes

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo, procurou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para atenuar a crise institucional gerada pela revelação de que o tuíte do general Eduardo Villas Bôas teria sido discutido pelo Alto-Comando do Exército. A publicação de 2018 na rede social se tratava de uma pressão do general para que o STF negasse o *habeas corpus* ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o relato de Fux, o ministro enviou-lhe uma mensagem dizendo que a manifestação de Villas Bôas foi uma ação isolada e que as Forças Armadas gostariam de conter a crise iniciada. Azevedo afirmou, em mensagem, que não ocorreu nenhuma reunião do Alto-Comando para deliberar sobre a decisão do Supremo no julgamento em questão; entretanto, a revelação de que o tema foi discutido pela alta-cúpula do Exército envolve 15 generais de quatro estrelas, dos quais 3 são ministros do atual governo, incluindo

Azevedo. A *Folha* ressaltou que o então ministro da Defesa, general da reserva Joaquim Silva e Luna, e o “moderado” general da reserva Alberto Mendes Cardoso, ao saberem do tuíte, teriam atuado para atenuá-lo. A movimentação dos generais parece ter sido bem-sucedida, com exceção de ameaças veladas no tuíte: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Fux afirmou que esse tipo de ação “afrontosa” não tem efeito, pois “o Supremo não funciona com pressão”. Ainda de acordo com a *Folha*, o ex-presidente Lula disse que o ministro do STF Luiz Edson Fachin foi covarde ao não ter respondido ao tuíte ainda em 2018. Fachin apenas se manifestou sobre o ocorrido recentemente, afirmando ser “intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão injurídica sobre o Poder Judiciário”. Para Lula, a Constituição não garante ao Exército o direito de dar um “pito” nas ações do Supremo. Sobre as repercussões, a *Folha* afirmou que membros da alta-cúpula das Forças Armadas consideram que o tuíte foi mal interpretado pelos ministros do STF: Segundo generais da ativa e da reserva, a postagem em rede social era meramente uma manifestação de insatisfação contra a “sensação de impunidade” presente entre militares, e não envolvia intenções conspiratórias nem ilegais. Os militares afirmaram que Villas Bôas costumava dizer que o Exército “se pautava na tríade legalidade, legitimidade e estabilidade”, e que não comprometeu nenhum desses 3 princípios durante seu período como comandante da Força. Quanto à reação de Fachin, os militares a consideraram “despropositada”, por se tratar de algo ocorrido há 3 anos e de não considerar o já referido sentimento de “impunidade”. Contudo, alguns militares da reserva consideram que o ex-comandante do Exército poderia ter evitado dar o depoimento que revelou a participação do Alto-Comando na elaboração do tuíte. Para eles, essa atitude reavivou desnecessariamente uma polêmica do passado. Por fim, a *Folha* apurou que militares consideram que o vídeo gravado pelo deputado federal Daniel Silveira, defendendo Villas Bôas em sua afronta ao STF, possui uma motivação mais eleitoral do que de defesa das Forças Armadas. Quanta às repercussões na imprensa, o colunista da *Folha* Hélio Schwartsman disse ter acreditado que as Forças Armadas haviam se profissionalizado, abandonando de vez a ingerência política e buscado o aprimoramento técnico, mas que havia se enganado: “O famoso tuíte de 2018 [...] até poderia, com boa vontade, ser classificado como estupidez individual. Agora que ficamos sabendo que a mensagem resultou de uma trama envolvendo toda a cúpula do Exército, o caso ganha outra dimensão”. Em coluna para a *Folha*, o professor Silvio Almeida também comentou o caso. Para ele, isso demonstra o “avançado estado de decomposição política e institucional” no qual o país estava e “o fim da esperança de que o Brasil, finalmente, exorcizara o espírito antidemocrático”. Além disso, o evento representaria uma perda da “noção de limite” por parte da população brasileira, ao considerar normal um comandante do Exército opinar sobre um processo judicial em uma democracia. Como contraponto, Almeida citou o caso do ex-comandante do Exército uruguaio, Guido Marini Ríos, que foi preso em 2018 por opinar sobre a reforma da previdência e demitido em 2019 por criticar o judiciário. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 19/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 20/02/21)

13- Curso online sobre a ditadura militar foi relançado pela Folha de S. Paulo
O periódico *Folha de S. Paulo* relançou um curso online gratuito sobre a ditadura militar (1964-1985) em comemoração ao seu centenário. O curso é composto por quatro aulas ministradas pelo jornalista e escritor Oscar Pilagallo, além de áudios, fotos, gráficos e tabelas como material de apoio e aprofundamento sobre as diferentes fases do regime. Para Pilagallo, o curso é importante para “recuperar a verdade factual” sobre o regime, especialmente em um momento em que o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, defende o revisionismo histórico sobre o período. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/02/21)

14- Documentário retratou atuação de Pelé na Copa do Mundo de 1970
O periódico *O Estado de S. Paulo* fez uma crítica ao documentário “Pelé”, que retrata a relação do jogador com o regime militar brasileiro (1964-1985). Segundo *O Estado*, o jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento teria sido pressionado a jogar a Copa do Mundo no México, de 1970, mesmo após ter anunciado que deixaria de disputar a competição após a derrota na copa anterior. Tal pressão viria da necessidade de o regime obter uma grande conquista para buscar a legitimação do governo. Além disso, a reportagem cita turbulências na preparação para o evento esportivo, quando o técnico da seleção brasileira, João Saldanha, declaradamente comunista, foi demitido ao contrariar o então presidente, general Emílio Garrastazu Médici, sobre os jogadores a serem escalados para a seleção. Após a vitória no México, ao retornar para o Brasil, Pelé se reuniu com Médici em Brasília. (O Estado de S. Paulo - Especial - 19/02/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator,

graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).